

QUASE UM MÊS

Obras no Centro Cultural ‘Pedro Alberto Tayano Filho’ seguem avançadas

>> **Rosi Oliveira**
Redação DS

Prestes a completar um mês do início das obras de readequação geral do anfiteatro do Centro Cultural ‘Pedro Alberto Tayano Filho’, que começaram no dia 11 de janeiro, a reforma segue a todo vapor, com trabalho frequente, inclusive aos sábados.

“Tá bem adiantado. Os trabalhadores fizeram a demolição, realizaram a remoção de todo o entulho, bem como, a retirada de todo o piso, das rampas e das escadas que davam acesso ao palco e inclusive já as fizeram novamente, só que ago-

ra na lateral”, informa o coordenador do departamento de Cultura, Anselmo Parabá.

Segundo Parabá, a expectativa é de que o prazo, que é de 60 dias para a conclusão se mantenha, e se não for possível, espera-se que o acréscimo seja o mínimo possível. “Estamos com muita vontade que tudo corra como foi estipulado, mas nem sempre podemos garantir, pois algumas melhorias que não estavam previstas estão sendo feitas. As vezes imaginamos uma coisa e quando vamos ver realmente precisa de algo a mais”, comenta Anselmo, ao destacar que o que tem andado

de forma mais lenta no local, é a parte elétrica. “Essa parte será refeita e demora mais, porque tem que desmontar o que está e montar tudo de novo, mas isso não atrasará a entrega, pelo menos esperamos, pois os responsáveis estão bastante focados e ansiosos para ver a obra terminada”, ressaltou.

Com investimento total de R\$ 109.227,57, a Trubian Engenharia é responsável pela reforma do auditório central, rampa de acesso, troca de forro (de PVC para gesso), reforma do piso, pintura geral e adequações de acessibilidade. O prazo contratado é de 60 dias.



Com investimento total de R\$ 109.227,57, a Trubian Engenharia é responsável pela reforma

NÃO RESPEITOU NORMA



Projeto de lei havia sido aprovado no dia 13 de outubro de 2015

Justiça anula sessão da ALMT que aprovou o Plano Plurianual 2016/2019

>> **G1**

Por quatro votos a um, a Justiça de Mato Grosso anulou a sessão extraordinária da Assembleia Legislativa que aprovou o Plano Plurianual 2016-2019. O projeto havia sido aprovado pelos deputados estaduais no dia 13 de outubro de 2015 e previu investimentos de R\$ 75,8 bilhões do estado. Conforme a decisão, o motivo da anulação foi a convocação dos parlamentares para votar a proposta sem seguir as regras do regimento interno da ALMT. A determinação é da Turma de Câmara Cíveis Reunidas de Direito Público do Tri-

bunal de Justiça e foi proferida no dia 1º de dezembro de 2016, mas publicada no Diário de Justiça Eletrônico que circulou no dia 27 de janeiro de 2017.

A ação foi impetrada pelo deputado estadual Zeca Viana (PDT). A Justiça acatou a alegação do parlamentar de que houve descumprimento do regimento interno da Casa de Leis durante a sessão que votou o PPA 2016/2019, já que não foi feita convocação constitucional e regimental dos deputados para a votação.

Naquela data, na ausência do presidente da ALMT, Guilherme Maluf (PSDB), a sessão foi presidida pelo vice-presidente, deputado Eduardo Botelho (PSB).

PERÍODO PROIBITIVO

Piracema chega ao fim hoje com balanço positivo na Regional de Tangará



Em Mato Grosso, mais de R\$ 563 mil foram aplicados em multas

>> **Rodrigo Soares**
Redação DS

O período de defeso da pesca em Mato Grosso, a Piracema, encerrou nesta terça-feira, dia 31 de janeiro. No total, foram quatro meses de intensa fiscalização, que resultou na aplicação de mais de R\$ 563 mil em multas e sete toneladas de pescado irregular apreendidas em todo o Mato Grosso, números que superam, inclusive, em 160% as 2,6 mil toneladas no período 2015/2016. Em Tangará da Serra, de acordo com o diretor da Sema local, Jefferson

Zucchi, não houveram grandes ocorrências. “Na nossa regional, esse período de Piracema foi bastante tranquilo. Falando de modo geral, as pessoas respeitaram as determinações impostas pelo período proibitivo, o que enxergamos de maneira muito positiva”, avaliou o diretor, destacando que a Regional de Tangará da Serra compreende os municípios de Nova Olímpia, Barra do Bugres, Porto Estrela, Denise, Arenápolis, Nortelândia, Alto Paraguai, Diamantino, Nova Marilândia, Santo Afonso, São José do Rio Claro, Nova Maringá, Campo Novo do Pare-

cis, Campos de Júlio e Porto Estrela.

Conforme o balanço divulgado pela Sema, mais de 15,5 mil pessoas foram orientadas, além de 2.314 veículos vistoriados e 38 embarcações em todo o estado. A multa para quem desrespeitou o período de defeso dos peixes teve variação de R\$ 1 mil a R\$ 100 mil, com acréscimo de R\$ 20 por quilo de peixe encontrado, além de equipamentos apreendidos, de acordo com a legislação vigente.

Conforme o coordenador interino de fiscalização de Fauna e Flora da Sema, Fabiano

Santos Bernini, mesmo com o fim da Piracema “a população deve estar consciente de que a legislação da pesca traz inúmeras regras para os pescadores profissionais e amadores em Mato Grosso”.

Os trabalhos de fiscalização foram desenvolvidos em parceria entre a Sema e BPM-PA, Juizado Volante Ambiental (Juvam), Delegacia Especializada do Meio Ambiente (Dema), Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais (Ibama) e Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio).